Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 29 de maio de 2024
Ano CVII ● Número 29.619
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



ESTADONACIONAL:OS CIVIS E A REPÚBLICA

Desinformação dificulta um modelo institucional. Por Felipe Maruf e Pedro Augusto Pinho, **página 2**



EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Toni Schofner explica como a Drager monta o seu portfólio para um mercado como o brasileiro. **Página 5**



APOSENTADO TERÁ MENOS QUE MÍNIMO

Este é o objetivo da Reforma da Previdência defendida pelos rentistas. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Número de jovens 'nem-nem' sobe 1,4 mi

Dentre os ocupados, 45% estavam na informalidade

Aumenta o número de jovens entre 14 e 24 anos que não trabalham, não estudam nem buscam trabalho. Se nos três primeiros meses do ano passado o contingente de jovens "nem-nem" somava 4 milhões de pessoas, no mesmo período deste ano alcançou 5,4 milhões.

O levantamento foi feito pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os dados foram divulgados durante o evento Empregabilidade Jovem, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) ontem em São Paulo.

Em entrevista à Agência Brasil, a subsecretária de Estatísticas e Estudos do Ministério do Trabalho e Emprego, Paula Montagner, disse que esse crescimento se deve a vários fatores e atinge, principalmente, as mulheres, que representam 60% do total desse público.

"Há muita dificuldade de as mulheres entrarem no mercado de trabalho, em especial, mulheres jovens. Por outro lado, há esse apelo para que as jovens busquem alguma outra forma de ajudar a sociedade, que é ter filhos mais jovens, além de um certo conservadorismo entre os jovens que acham que só o marido trabalhando seria suficiente", disse,

A subsecretária acrescentou que isso faz com que elas entrem mais tarde no mercado de trabalho e, com menos qualificação, tenham mais dificuldade em conseguir emprego de melhor remuneração salarial.

Cerca de 17% da população brasileira é formada por jovens entre 14 e 24 anos, que somam 34 milhões de pessoas. Desse total, 14 milhões de jovens tinham uma ocupação no primeiro trimestre deste ano.

Dentre os jovens ocupados, 45% estavam na informalidade, o que corresponde a 6,3 milhões de indivíduos. Essa porcentagem, segundo Paula Montagner, é maior do que a média nacional, atualmente em 40%.

Reprodução site Rumo



Malha Paulista: investimentos não foram realizados

A Rumo (RAIL3) anunciou nesta terça-feira assinatura de 6º aditivo ao contrato de concessão da Malha Paulista, "com necessidade de reequilíbrio de cerca de R$ 1,17 bilhão", segundo fato relevante divulgado pela companhia. A operadora ferroviária afirmou que desse total, "R$ 500 milhões serão convertidos em obrigações de investimento na malha e o restante em quatro parcelas anuais de R$ 167,50 milhões."

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu auditoria operacional na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para avaliar a fiscalização da execução dos investimentos obrigatórios constantes do 2º termo aditivo de prorrogação antecipada da Malha Paulista, assinado em 2020.

O resultado é pouco animador. Os investimentos previstos para o início da vigência da prorrogação antecipada foram cumpridos apenas parcialmente. "No primeiro ano, foram previstos 21 investimentos, no valor total de R$ 568,4 milhões, dos quais apenas 17 foram concluídos, no valor de R$ 222,6 milhões. No entanto, a ANTT, após suas análises, considerou que foram devidamente concluídos apenas 12 investimentos, no valor total de R$ 99,2 milhões", menos de 20% do previsto.

A auditoria do TCU verificou que os controles e os procedimentos implementados pela ANTT são ainda insuficientes para uma fiscalização efetiva dos investimentos obrigatórios previstos a partir da prorrogação antecipada da Malha Paulista. "O quadro se agrava pela ausência de cláusulas contratuais que prevejam sanções graduais à concessionária por atrasos na realização dos investimentos obrigatórios", assinala o Tribunal.

Margem Equatorial pode gerar até R$ 800 bilhões

A exploração de óleo e gás na Margem Equatorial brasileira tem potencial para promover o desenvolvimento regional, contribuir para a segurança energética e gerar recursos para financiar a transição para uma economia de menor intensidade de carbono. A exploração na nova fronteira pode de injetar de R$ 400 bilhões a R$ 800 bilhões no PIB, dados são de estudo da confederação Nacional da Indústria (CNI).

Daniele Lomba, gerente-geral de Licenciamento e Meio Ambiente da Petrobras, apresentou os dados nesta segunda-feira, no primeiro dia do ESG Energia e Negócios, realizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), no Rio de Janeiro. "De acordo com estudo recente da CNI, se o Brasil tiver o mesmo potencial de petróleo que os países vizinhos (Guiana, Suriname), teremos como resultado a geração de 2 milhões a 3 milhões de empregos, de R$ 25 bilhões a R$ 46 bilhões em tributos e de R$ 20 a 30 bilhões de participações e royalties por ano."

Marcelo Thomé da Silva de Almeida, diretor do Instituto Amazônia+21, defendeu o uso das receitas da exploração de óleo e gás na Margem Equatorial no desenvolvimento sustentável da Amazônia. "Nossa ambição é superar a falta de infraestrutura, o atraso em diferentes áreas que afetam a sociedade da Amazônia, como saúde, educação e energia. Temos 30 milhões de brasileiros na região que precisam de desenvolvimento sustentável."

O professor da Universidade Federal do Maranhão, Allan Kardec Duailibe, frisou que o Brasil precisa mostrar que as energias do setor de óleo e gás são essenciais para o desenvolvimento da sociedade. "A demonização de uma energia vital para nós não é positiva. Precisamos debater profundamente não só o nosso setor, mas fundamentalmente no Brasil toda a importância da nossa indústria."

Flavio Andrade, CEO da OceanPact, ressaltou que o grande desafio atual é mostrar como a Margem Equatorial pode ser transformadora para beneficiar o país e a sociedade.

Outro tema de destaque no ESG Energia e Negócios foi a necessidade um marco legal para o avanço de projetos de captura e armazenamento de CO_2 (CCUS) e a criação de um mercado de crédito de carbono.

Porto Alegre deixa morador sem o Auxílio Reconstrução

Das 469 cidades afetadas pela tragédia climática no Rio Grande do Sul, apenas 15 conseguiram habilitar, até o momento, seus moradores para receber o Auxílio Reconstrução do Governo Federal, no valor de R$ 5,1 mil. A capital, Porto Alegre, não cadastrou seus habitantes a tempo de receber o benefício na primeira leva.

Segundo balanço do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, divulgado segunda-feira (27), um total 44.592 famílias haviam sido habilitadas para receber o benefício no estado. Com isso, os responsáveis por essas famílias já podem fazer a confirmação dos dados e serem encaminhados para pagamento.

Desse total, mais de 42,5 mil são de Canoas. Outras duas 2.020 famílias das cidades de Arambaré, Bom Princípio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Feliz, Harmonia, Imigrante, Lajeado, Nova Bassano, Rolante, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Triunfo.

Em nota, a Prefeitura de Porto Alegre (MDB) informou ter encaminhado, na manhã desta terça, o primeiro lote para pagamento. Até as 10h, foram enviados dados de 24.516 famílias.

A prioridade neste primeiro acesso foram pessoas desabrigadas e desalojadas. "No segundo lote a ser encaminhado será priorizado o Registro Unificado, qualificado pela mancha de inundação. Até o final da tarde de segunda-feira, 40.700 famílias foram cadastradas pela prefeitura", informou a gestão da capital gaúcha.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1673
Dólar Turismo	R$ 5,3790
Euro	R$ 5,6114
Iuan	R$ 0,7125
Ouro (gr)	R$ 390,98

ÍNDICES

IGP-M	0,31% (abril)
	-0,47% (março)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Reflexões para reerguimento do Estado Nacional: os civis e a república

Por Felipe Maruf Quintas e Pedro Augusto Pinho

Se funcionários armados do Estado, os militares custaram a encontrar receptividade nas elites e no povo, imaginem-se os civis. Apenas um grupo pequeno deles, atuando na área da justiça, obteve relativo destaque no Brasil, da Colônia à República. Após a independência, e aos poucos, também se impuseram os diplomatas, representantes do Brasil pelo mundo.

O Brasil sempre foi liberal e, hoje, neoliberal. Assim, não valorizou o Estado e suas funções; no máximo, colocou-o como guarda territorial, além de sentinela dos poderosos. Era o país dos latifúndios, da propriedade territorial, rural e urbana, e se atribuía muito mais importância a ser proprietário do que ao exercício profissional de qualquer função pública.

Políticos eram representantes destas classes proprietárias, alguns pouquíssimos intelectuais eram profissionais do jornalismo, e complementavam os legislativos nacionais representantes de interesses estrangeiros. Foram poucos os legislativos locais que contaram com defensores de interesses alóctones.

Os liberais não são, no geral, adeptos da educação dos povos. A educação se destina, no entender das elites liberais, a mantê-las no poder diferenciadas da população.

Manuel Bergström Lourenço Filho (1897–1970), pedagogo, professor na antiga Universidade do Brasil, elaborou minucioso trabalho sobre a educação básica, descrevendo-a em dez países, da Europa, Américas e Ásia, publicado, em 1961, com título *Educação Comparada*.

Buscava diversas respostas, principalmente para a relação entre a educação e o espírito nacional, da sociedade com as pessoas e o Estado, e no que consistiria a liberdade, observando, nos diversos países, os graus, os ramos do ensino e os sistemas administrativo-escolares.

Foram realizados levantamentos na Inglaterra, França, República Federal Alemã (RFA) e na Itália, nos Estados Unidos da América (EUA), México e Argentina, no Japão e na Índia e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Quatro europeus, três americanos, dois asiáticos e apenas um socialista.

Lourenço Filho alerta para dois movimentos que acompanham estes estudos comparativos. Um acadêmico, de interesse histórico, objetivando a formulação da "sociologia da educação". Outro para fins políticos, programáticos. Este último foi aquele que se desenvolveu com a Igreja Católica e teve grande influência, não só no Brasil mas por toda parte, onde se considera ser a pedagogia formada por princípios universais.

As diretrizes educacionais, como frequentes no Brasil, inclusive atualmente, sob o domínio neoliberal, filiam-se ao mesmo movimento onde se encontram a Igreja Católica e outras designações confessionais e ideológicas, como o marxismo.

Pode-se considerar que a educação, como instrumento de construção da cidadania e de transformação da sociedade, chega ao Brasil com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), com o já citado Lourenço Filho, Anísio Teixeira (1900–1971), Fernando de Azevedo (1894–1974), Cecília Meireles (1901–1964), Delgado de Carvalho (1884–1980), Armanda Álvaro Alberto (1892–1974) e outros.

Eles terão a oposição da Igreja Católica, ainda poderosa no Brasil, mas trazem as dimensões do ensino, que promove a inserção de interesses privados e mesmo estrangeiros para implantar um modelo nacional. Na dimensão vertical da estrutura do ensino se imprime o trabalho pelas idades, nos graus ascendentes da escolarização, e pela destinação dos ramos do ensino. Na dimensão horizontal se correlacionam as questões geográficas (regionais) com os modelos político-administrativos, de forma a se obter um todo coeso. O Brasil continental necessitava dessa flexibilidade horizontal, como igualmente os EUA.

Também excluída das funções do Estado, no Regimento Régio de D. João III para Tomé de Sousa (dezembro de 1548), estava a saúde, outra ação civil de importantíssima necessidade para a construção da cidadania. E sua ausência respondeu por grande número de mortes dos que aqui habitavam quando da chegada dos portugueses.

> Isolamento e desinformação dificultam um modelo institucional para o Brasil

Portanto, da descoberta à República, as únicas ações civis aceitas para o Estado Colônia e Independente, já no Império, foram das finanças e da justiça, pois aos proprietários também se atribuía a manutenção da ordem.

O Estado Nacional Brasileiro nasce para ser ignorante, doente e liberal. Notável portanto que tenha se alargado e mantido uno.

Prolegômenos republicanos

Os desmembramentos do Vice-Reino do Rio da Prata (1816), do Vice-Reino de Nova Granada (1819), do Vice-Reino de Nova Espanha (1821), certamente impressionaram o Patriarca de nossa independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, para propugnar pela manutenção da monarquia dos Braganças no Brasil Independente, em 1822. E a fragmentação do Vice-Reino do Peru, dois anos após nossa Independência, lhe solidificaria a decisão.

No Brasil, todavia, concorriam fatores ausentes da Hispano-América: a geografia integradora, com grandes rios voltados ao interior e sem grandes cadeias montanhosas, a maior homogeneidade linguística, social e cultural, a despeito da escravidão, e, acima de tudo, a presença da estrutura político-administrativa metropolitana desde 1808, o que permitiu a formação de lideranças talhadas na realpolitik europeia.

Observemos as datas em que surgem alguns países latino-americanos:

1810 – Argentina e início das lutas na Colômbia (independente em 1819), no México (independente em 1821), no Chile (independente em 1826);

1811 – Venezuela, Paraguai, início das lutas no Peru (independente em 1824); e

1821 – Nicarágua.

Porém, em provisórias uniões, como Honduras e Costa Rica, ou isoladamente, por toda a América Latina lutava-se pela independência. Mas não seguiam os ideais de Francisco de Miranda (1750–1816) e Simón Bolívar (1783–1830), para quem a independência das colônias latino-americanas era inseparável da ideia de integração.

Desde 1788 este notável estadista e militar venezuelano, Sebastián Francisco de Miranda Rodríguez y Espinoza, propunha que, uma vez alcançada a independência, se trabalhasse para nação unificada, o que contrariaria a Doutrina Monroe (1823).

Produzido e editado pela Fundação Alexandre de Gusmão, sobre a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, que representa metade da América Latina, Darc Antonio da Luz Costa, doutor em engenharia da produção, vice-presidente (2003–2004) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apresentou o trabalho "Infraestrutura e Integração na América do Sul" (em *América do Sul*, Brasília, 2005), onde aponta como desafios para nossos desenvolvimentos:

"a) criar ligação econômica permanente entre diversos setores da economia, que produza adequada alocação do excedente econômico entre os centros urbanos e a área rural; e

b) proporcionar emprego produtivo para o grande número de desempregados já existentes e atender, anualmente, a grande massa de jovens que ingressa no mercado de trabalho."

Há dois pressupostos que Darc Costa já apontara em entrevista (frentenacionaltrabalhista/videos/darc-costa-expoente-do-pensamento-nacional/571233476692592): a estrutura organizacional adequada a nossa cultura e a formação dos brasileiros, como já discorremos, brevemente, neste artigo.

John Armitage (1807–1856), inglês, comerciante e historiador, deixou-nos uma *História do Brasil* (1831), reeditada, em 1981, pelas editora Itatiaia e da Universidade de São Paulo (USP), onde se lê: "Uma das mais belas e férteis regiões do Globo havia sido privada de toda comunicação e comércio com as outras nações da Europa, a ponto que a residência e admissão dos estrangeiros era(m) ali vedada(s)."

Em nota se esclarece que os negócios com Brasil eram encargo do Conselho Ultramarino, sediado em Lisboa, até o século 18.

No artigo referido, Darc Costa recomenda a proteção do segmento industrial brasileiro e justifica seu sucesso com o tamanho do mercado.

A integração proposta pelo Estado não parece encontrar ressonância na população, ainda que esta seja permanente e intensamente mantida ignorante e desinformada para elaborar qualquer juízo.

Ousamos apontar a judicialização da vida brasileira que se observa, sobretudo depois do golpe de 2016, como a resposta mais compreensível do país que passou a ter, nos militares a imagem de ditadores, a descrer em sua capacidade produtiva, pelas campanhas de privatização, e assim só restou o "Poder" Judiciário para representar o interesse nacional.

Seria, porém, o Judiciário, tal como existe hoje, eivado de privilégios e desprovido de visão genuinamente nacional, capaz de exercer função moderadora em um país tão complexo e desigual? Qual outro poder, aliás, o teria hoje?

O isolamento e a desinformação são condições históricas que dificultam a constituição de um modelo institucional para o Brasil. Modelo surgido de nossa própria compreensão e aceitação do Estado Nacional.

O único modelo não colonial que teve alguma ressonância na política brasileira foi a versão gaúcha do positivismo de Auguste Comte (1798–1857). Este pensador francês foi secretário do conde Henri de Saint-Simon (1817–1824), teórico do socialismo utópico, ideia interveniente na obra de Comte. Esta influência não ocorreu apenas na constituição castilhista de 1891, para o Rio Grande do Sul, mas a encontramos na formulação do Estado Brasileiro por Getúlio Vargas.

Mikhail Bakunin (1814–1876), filósofo e revolucionário russo, apresentava a questão de que nenhum Estado, por mais republicano, popular que fosse, poderia dar ao povo o que ele realmente desejasse, sem alguma violência, imposta de cima para baixo. E a elite tendia sempre a ser mesquinha e preguiçosa.

Porém ainda persistimos, observando alguns sucessos na formatação do Estado Nacional, que deverá ser exclusivo para as condições materiais e culturais do território onde vigorará.

Felipe Maruf Quintas
é cientista político.
Pedro Augusto Pinho
é administrador aposentado.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Reforma: aposentado ganharia menos que mínimo

Desde a "ordem unida" expressada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na última reunião do Copom, os financistas se lançaram a campanhas por "cortes nos gastos" do governo. Com essa desculpa, voltaram com a discussão sobre mais uma Reforma da Previdência, para "desvincular" o piso do aposentado dos ganhos reais proporcionados ao salário mínimo com a volta de Lula à Presidência.

A tradução dessa desvinculação é: o aposentado ganharia menos que o salário mínimo. Vamos supor que nos próximos 10 anos a taxa média anual de inflação fosse de 3,5%, e a economia crescesse medíocres 2,5% ao ano. Ao final do período, o salário mínimo de R$ 1.412 pularia para algo perto de R$ 2.560. Já o piso que o aposentado receberia, corrigido só pela inflação, ficaria na casa dos R$ 2.000. Uma diferença de mais de R$ 500.

É esse o "pequeno sacrifício" (dos outros) que os financistas defendem para manter a política de juros reais mais elevados do globo, taxas tão altas que levaram o déficit nominal (que inclui o pagamento de juros e que, ao final das contas, é o que conta) de pouco mais de R$ 1 trilhão nos 12 meses terminados em fevereiro de 2024.

Isso mesmo. Em apenas 1 ano atingiu-se um rombo de R$ 1 trilhão, o mesmo que os financistas atribuem à Previdência nos próximos 10 anos.

Rombo

Um dos subsídios que retira recursos da Previdência é a desoneração da folha de pagamentos. No início de 2024, o Ministério da Fazenda calculou em R$ 12,26 bilhões o gasto para beneficiar 17 setores da economia este ano. O sistema começou em 2012 e já ceifou dos cofres públicos, levando em consideração o que é previsto para 2024, R$ 171,6 bilhões em 12 anos.

Sem retorno

Os setores beneficiados pela desoneração da folha "não são os maiores empregadores e, de 2012 a 2022, reduziram sua participação na população ocupada (de 20,1% para 18,9%), entre os ocupados com contribuição previdenciária (de 17,9% para 16,2%) e entre os empregados com carteira assinada do setor privado (de 22,4% para 19,7%). Movimento similar é observado nos últimos dez anos com dados disponíveis da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)", mostra estudo do Ipea.

Destinos no feriadão

A DeÔnibus, site de venda de passagens rodoviárias, apurou os destinos mais procurados para o feriadão de Corpus Christi: São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba lideram a lista, seguidos por Belo Horizonte e Goiânia.

No Rio, os destinos mais buscados para embarque em 29 e 30 de maio foram: a capital; Três Rios; Angra dos Reis; Teresópolis; e Petrópolis.

Exemplo

A proposta (PEC) que privatiza as praias deve ser analisada na perspectiva da fórmula de grilagem de terras por milicianos, conforme exposto pelo delator matador Ronnie Lessa

Rápidas

Desta quinta a 9 de junho acontecerá a 5ª edição do Wine in Búzios. Informações: wineinbuzios.com.br *** A Aleza Vila, no Terraço do Shopping Boulevard, promoverá desta quarta a domingo 5 shows gratuitos. Programação em @aleza.vila *** Rodenstock Brasil participará da Feira Óptica e Oftálmica do Centro-Oeste, de quarta a sexta, no Centro de Convenções de Anápolis (GO)s. Uma das novidades é o equipamento Impressionist 4+.

Superávit primário de R$ 11,1 bi em abril

Resultado fica abaixo da expectativa de especialistas

O Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central, foi superavitário em abril em R$ 11,1 bilhões, ante saldo positivo de R$ 15,6 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou, nesta terça-feira, o Tesouro Nacional. O resultado do mês ficou abaixo da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava superávit primário de R$ 18,3 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R$ 41,4 bilhões, enquanto o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teve déficit primário de R$ 30,3 bilhões. Comparado a abril de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação do aumento real de 8,4% (R$ 14,7 bilhões) da receita líquida e do aumento real de 12,4% (R$ 19,9 bilhões) das despesas totais.

Segundo a Agência Brasil, ainda de acordo com o Tesouro, entre os fatores que influenciaram no crescimento real da receita líquida no mês de abril de 2024, estão o aumento de R$ 9,6 bilhões da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de R$ 2 bilhões no Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), devido à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo dos créditos dessas contribuições; a elevação de R$ 1,7 bilhão no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), essencialmente explicada pela redução nominal das compensações tributárias, apesar do decréscimo na produção industrial.

Também pesaram a alta de R$ 1,3 bilhão do Imposto de Importação, que decorreu dos aumentos do volume em dólar de importações, da taxa média de câmbio e da alíquota média efetiva desse imposto, o crescimento de R$ 3 bilhões de arrecadação líquida para o RGPS, em razão dos aumentos da massa salarial, da criação de empregos formais e da arrecadação do Simples Nacional.

Despesas

O Tesouro informou que o principal fator que influenciou o crescimento das despesas em abril foi o aumento de R$ 11,7 bilhões nos pagamentos de benefícios previdenciários, resultado principalmente da diferença no calendário de pagamento do 13º salário da Previdência Social.

"Em 2023, o 13º salário da Previdência Social foi pago nos meses de maio, junho e julho, enquanto este ano será pago em abril, maio e junho", disse.

Os demais fatores que influenciaram o crescimento das despesas foram aumento nos benefícios de prestação continuada, no valor de R$ 1,5 bilhão, reflexo do crescimento do número de beneficiários e da política de valorização real do salário mínimo; expansão das despesas com pessoal e encargos sociais em R$ 1,4 bilhão, em função principalmente de reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público em 2023; e aumento de R$ 2,2 bilhões nas despesas discricionárias.

No período de janeiro até abril, o Governo Central atingiu superávit primário de R$ 30,6 bilhões, ante saldo positivo de R$ 46,8 bilhões no mesmo período de 2023 (em termos nominais). O montante resulta de um superávit de R$ 122,9 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R$ 92,3 bilhões na Previdência Social.

Cade entrega contribuições ao projeto de lei sobre inteligência artificial

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) apresentou uma contribuição ao substitutivo do Projeto de Lei 2338/2023, que tramita na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado Federal. O documento foi encaminhado a pedido do relator do substitutivo, senador Eduardo Gomes (PL-TO).

A proposta que tramita no Senado prevê a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), do qual o Cade faria parte. A estrutura teria a possibilidade de promover articulação transversal entre a autarquia e reguladores setoriais, permitindo a colaboração entre as autoridades do sistema.

No documento enviado à Comissão, o Cade destaca a importância de que sejam estabelecidos os princípios e os instrumentos que serão utilizados no compartilhamento dessas informações. Também ressalta a relevância de investigações conjuntas entre integrantes Sistema, bem como da possibilidade de acesso remoto à documentação e dados de treinamento dos sistemas de IA de alto risco. O Cade sugere, ainda, a criação de um sandbox regulatório, de forma a possibilitar testes em inovações antes da sua efetiva implantação.

O documento enviado pela autarquia sugere a criação de critérios diferenciados para a classificação de risco de sistemas de IA ofertados por microempresas, empresas de pequeno porte e startups, além da possibilidade de flexibilização e simplificação de conformidade aplicáveis a essas empresas. Outra sugestão do Cade seria a possibilidade de que esse grupo tenha condições especiais para realização de avaliação de impacto algorítmico e implementação de medidas de transparência e de governança.

Por fim, a autarquia ressalta que as contribuições ao texto têm por objetivo imprimir maior clareza ao mecanismo de integração e colaboração entre diversas autoridades e criar um ambiente que permita balancear a carga regulatória com os incentivos à concorrência e à inovação no uso da inteligência artificial.

Lançado programa de R$ 150 milhões para maior oferta de TV Digital

O Ministério das Comunicações lançou nesta terça-feira o programa Brasil Digital para ampliar a oferta de TV Digital em 250 municípios brasileiros. A iniciativa irá implantar estações para transmissão dos sinais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da Câmara dos Deputados, além de permitir o compartilhamento da infraestrutura implantada por emissoras privadas, ampliando a diversidade de programação de televisão aberta e gratuita oferecida à população.

O investimento inicial previsto é de R$ 150 milhões até 2026, por meio do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

"Nós vamos atender as pessoas que dispõe de pouca ou nenhuma oferta de TV Digital. Elas precisam ser incluídas digitalmente, assim como a população que mora nos grandes centros. Essa é mais uma política pública para levar informação de qualidade para aqueles que mais necessitam", disse o ministro das Comunicações, Juscelino Filho.

A portaria nº 13.345 com a iniciativa foi publicada na edição de hoje do *Diário Oficial da União (DOU)*. O Ministério das Comunicações irá lançar um chamamento público para selecionar entidades parceiras para ceder local para instalação das estações de TV Digital.

As instituições podem ser órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, distrital ou municipal que disponibilize o local de instalação, e infraestrutura básica quando disponível, para a implantação de estação de televisão digital do programa, como prefeituras, câmaras municipais, assembleias legislativas e universidades. Após aprovação do local de instalação e infraestrutura básica, a instituição parceira será convocada para a celebração de Termo de Adesão com a pasta.

Segundo o secretário de Comunicação Social Eletrônica, Wilson Wellisch, a iniciativa busca promover a inclusão digital por meio da radiodifusão pública e privada, ampliando o alcance do sinal de TV Digital da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) e da Rede Legislativa, mas também permitindo o compartilhamento dessas estações com as radiodifusoras comerciais, buscando assim a sustentabilidade do projeto. "Estamos contribuindo para a construção da cidadania ao oferecer acesso gratuito a conteúdo de qualidade e credibilidade aos rincões do país, às pessoas que mais precisam", afirmou.

O Ministério das Comunicações providenciará a aquisição dos equipamentos necessários para a transmissão de sinais de televisão em tecnologia digital e a implantação da infraestrutura básica nos locais de instalação que não dispuserem de infraestrutura adequada. O compartilhamento de infraestrutura será incentivado, buscando assim garantir a manutenção desses equipamentos. O Novo PAC aprovou a implantação de estações de transmissão, incluindo torres, abrigos, antenas e transmissores, para fortalecer a radiodifusão estatal e educativa.

Lojistas cariocas esperam aumento de 4% em vendas no Dia dos Namorados

O comércio da Cidade do Rio de Janeiro estima um crescimento de 4% nas vendas no Dia dos Namorados em relação ao ano passado, a terceira maior data comemorativa do setor depois do Natal e do Dia das Mães. É o que mostra a pesquisa Expectativa de Vendas para o Dia dos Namorados, realizada entre os dias 20 e 25 de maio pelo Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio), que ouviu cerca de 250 lojistas.

Agasalhos, roupas esportivas, calçados (tênis), bolsas e acessórios, joias e bijuterias, perfumes, lingerie, smartphone, produtos de beleza e flores devem ser os produtos mais vendidos no Dia dos Namorados.

Os lojistas também estimam que o preço médio dos presentes por pessoa deve ser de cerca de R$ 180 – o mesmo do ano passado – e que os clientes deverão utilizar o cartão de crédito parcelado como forma de pagamento, seguido do cartão de débito, Pix, crediário e dinheiro.

Cerca de 130 mil empresas falta se cadastrar no Domicílio Judicial Eletrônico

A três dias do prazo final para cadastro, cerca de 130 mil empresas de médio e grande porte ainda não se cadastraram no Domicílio Judicial Eletrônico, plataforma que centraliza as comunicações processuais dos tribunais brasileiros, como citações e intimações, segundo balanço divulgado na última segunda-feira.

Desde o início da adesão, em 1.º de março deste ano, 226 mil empresas de médio e grande porte se registraram. O número corresponde a 62% da estimativa de mais de 350 mil CNPJs ativos que deverão, obrigatoriamente, se cadastrar. De acordo com o levantamento do Programa Justiça 4.0, a maior parte das empresas cadastradas se localiza em São Paulo (71,7 mil), Minas Gerais (19,8 mil) e Paraná (18,1 mil).

O prazo de cadastro se encerra em 30 de maio, de acordo com o calendário estabelecido na Portaria CNJ n. 46. A partir de 31 de maio, o registro será feito de forma compulsória, porém, sujeito a penalidades e riscos de perda de prazos processuais. Quem deixar de confirmar o recebimento de citação encaminhada ao Domicílio no prazo legal e não justificar a ausência estará sujeito a multa de até 5% do valor da causa por ato atentatório à dignidade da Justiça.

Em 2022, a Resolução n. 455 do CNJ determinou que as comunicações processuais fossem realizadas exclusivamente pelo Domicílio, regulamentando o previsto no art. 246 da Lei n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Segundo o normativo, o cadastro passou a ser obrigatório para União, estados, Distrito Federal, municípios, entidades da administração indireta e empresas públicas e privadas. A adesão tem ocorrido por etapas, segundo cronograma definido pelo CNJ.

Em 2023, mais de 9 mil bancos e instituições financeiras se registraram no sistema e passaram a receber comunicações processuais de forma centralizada. A fase atual mira o cadastro de empresas privadas de todo o país, com um público estimado em 20 milhões de empresas ativas, sendo uma estimativa de mais de 350 mil de grande e médio portes, de acordo com dados do Painel de Registro de Empresas, do governo federal.

ULTRA

TROPICAL TRANSPORTES IPIRANGA LTDA.

C.N.P.J. nº 42.310.177/0001-34

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	57.625	35.532
Aplicações financeiras	32	108
Contas a receber de clientes	27.468	49.923
Estoques	2.509	1.820
Tributos a recuperar	17.447	21.951
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.619	117
Demais contas a receber	3.087	3.635
Despesas antecipadas	1.631	703
Total dos ativos circulantes	112.418	113.789
Não circulantes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.094	6.937
Tributos a recuperar	25.031	28.762
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.432	5.258
Depósitos judiciais	5.733	4.902
Despesas antecipadas	261	330
Ativos de direito de uso, líquido	13.962	1.984
Imobilizado, líquido	90.319	97.206
Intangível, líquido	13	43
Total dos ativos não circulantes	147.845	145.422
Total dos ativos	260.263	259.211

Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes		
Fornecedores	23.245	35.608
Salários e obrigações sociais	8.134	8.102
Obrigações tributárias	3.347	7.208
Imposto de renda e contribuição social a pagar	216	1.372
Benefícios pós-emprego	431	433
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.862	2.087
Arrendamentos a pagar	7.316	764
Demais contas a pagar	1.808	1.823
Total dos passivos circulantes	46.359	57.397
Não circulantes		
Benefícios pós-emprego	1.116	1.027
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.728	12.741
Arrendamentos a pagar	7.909	1.100
Total dos passivos não circulantes	17.753	14.868
Patrimônio líquido		
Capital social	8.126	8.126
Reserva de capital	39.414	39.414
Reservas de lucros	138.887	138.887
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	9.139	-
Ajustes de avaliação patrimonial	585	519
Total do patrimônio líquido	196.151	186.946
Total dos passivos e do patrimônio líquido	260.263	259.211

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por cota)

	Capital social	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos propostos	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.126	30.636	530	111.546	-	150.838
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.320	-	43.320
Outros resultados abrangentes:	-	-	(11)	-	-	(11)
Resultados abrangentes do exercício	-	-	(11)	43.320	-	43.309
Reserva de incentivos fiscais	-	8.778	-	(8.778)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(7.201)	-	(7.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.126	39.414	519	138.887	-	186.946
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.139	-	9.139
Outros resultados abrangentes:	-	-	66	-	-	66
Resultados abrangentes do exercício	-	-	66	9.139	-	9.205
Dividendos propostos	-	-	-	(9.139)	9.139	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.126	39.414	585	138.887	9.139	196.151

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil cotas)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados	326.025	422.610
Custos dos serviços prestados	(271.628)	(358.273)
Lucro bruto	54.397	64.337
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas e comerciais	(37.006)	(27.332)
Gerais e administrativas	(14.462)	(9.370)
Resultado na venda de bens	424	(125)
Outros resultados operacionais, líquidos	(422)	14.478
Lucro operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	2.931	41.988
Receitas Financeiras	8.022	12.351
Despesas Financeiras	(2.779)	(1.283)
Resultado Financeiro, líquido	5.243	11.068
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.174	53.056
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(226)	(7.528)
Diferido	1.191	(2.208)
Lucro do exercício	9.139	43.320

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.139	43.320
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	6
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
(Ganhos) perdas atuariais de benefício pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	66	(17)
Resultado abrangente do exercício	9.205	43.309

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	34.069	12.109
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(2.587)	21.750
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(9.389)	(8.281)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	22.093	25.578
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	35.532	9.954
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	57.625	35.532

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - Às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL - A Tropical Transportes Ipiranga Ltda. ("Sociedade") é uma sociedade limitada com sede na Rua Francisco Eugênio, 329, sala 602, na cidade do Rio de Janeiro e tem como principal atividade o transporte de cargas líquidas, sólidas e gás, além de cargas em geral, por via rodoviária, ferroviária, fluvial, lacustre, oceânica e por via aérea nacional e internacional, sendo permitida também a participação em outras sociedades.
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão detalhadas a seguir, e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados: a) O resultado é apurado pelo princípio da competência de exercícios. b) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica dos bens, que é revisada anualmente. c) Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores realizáveis e exigíveis, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos e variações monetárias incorridas.
3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ***a. Capital social -*** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social está representado por 253.950 cotas no valor de R$ 32,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. ***b. Reserva de lucros -*** Incentivos fiscais - Refere-se à subvenção para investimento relativa ao crédito presumido de 20% sobre o valor do ICMS devido pelos estabelecimentos da sociedade prestadores de serviços de transportes. ***c. Ajustes de avaliação patrimonial -*** (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. (ii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial, líquidos do imposto de renda e da contribuição social. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.

	Valor justo de aplicações financeiras	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego	Total
Em 31 de dezembro de 2021	(5)	535	530
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	5	-	5
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	(25)	(25)
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	9	9
Em 31 de dezembro de 2022	-	519	519
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	66	66
Em 31 de dezembro de 2023	-	585	585

d. *Dividendos e destinação do resultado do exercício -* Os lucros apurados terão o destino que lhes for atribuído pelos cotistas. Os lucros a serem distribuídos são mantidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de cotistas.

	31/12/2023
Destinação do lucro líquido	
Lucro líquido do exercício	9.139
Lucro líquido ajustado	9.139
Destinação do lucro líquido	
Juros sobre capital próprio	9.139
Total da destinação do lucro líquido	9.139

DIRETORIA

Rodrigo Legaspe Barbosa Pereira
Contador - CRC SP-267322/O-7 S-RJ

SENDAS IMOB S.A.
CNPJ Nº 31.911.548/0001-17 / NIRE 33.3.0013264-3
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 04 de junho de 2024, às 10 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) relatórios e contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São João de Meriti, 27 de maio de 2024.
Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da COOPATAXI - Cooperativa de Consumo e Trabalho dos Motoristas Autônomos de Táxi do Município do Rio de Janeiro Ltda., no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social, Capítulo IX, Artigo 33, Letra (E), convoca seus 44 (quarenta e quatro) cooperativados, no gozo de suas obrigações sociais, para Assembleia Geral Extraordinária, dia 8 de junho de 2024, que se realizará em sua Sede Social, sito à Rua Herculano Pena 667, Cavalcanti/RJ, às 7:00 horas em 1º convocação, com a presença mínima de 2/3 dos cooperativados, ou às 8:00 horas em 2º convocação com presença mínima de metade e mais um dos cooperativados, ou às 9:00 horas em 3° e última convocação com a presença mínima de 10 cooperativados, em condições de votar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 1. Regulamentação de Venda de Título; 2. Regulamentação para redução de taxa de manutenção; 3. Aprovação de bonificação por metas alcançadas; 4. Aprovação de bonificação por faturamento; 5. Eleição para complementação de vagas do Conselho Fiscal; 6. Eleição para complementação de vagas do Conselho de Ética e Disciplina. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024.
Marcelo de Carvalho Reis
Presidente

GIPAR S.A.
CNPJ nº 02.260.956/0001-58
NIRE nº 3330016729-3

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Gipar S.A. ("Companhia"), realizadas em 30 de abril de 2024, lavrada na forma de sumário. 1. Data, hora e local: Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 18h15, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizado pela Companhia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.301, Botafogo, CEP: 22.250-906, nos termos da instrução normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, com a dispensa da gravação da videoconferência ante a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". Presente também o Diretor da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho. **3. Mesa:** Presidente, o Sr. Maurício Perez Botelho, e Secretário, o Sr. Guilherme Fiuza Muniz. **4. Deliberações:** Pela única acionista representando a totalidade do capital votante da Companhia presentes às assembleias gerais ordinária e extraordinária ("Assembleias"), foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade: **4.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 4.1.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 e seus §§, da Lei das S.A. 4.1.2. Aprovar, por unanimidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, depois de examinados e discutidos, o relatório anual e as contas da administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais foram publicados em 23 de março de 2024, no Jornal "Monitor Mercantil", na forma impressa nas páginas 15 a 16, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios aos quais se refere o artigo 133 da Lei das S.A., na forma de seu §5º. 4.1.3. Aprovar, por unanimidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, o lucro líquido constante das demonstrações financeiras aprovadas, no valor de R$ 504.944.026,84 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos). 4.1.4. Aprovar a destinação do resultado do exercício de 2023 da seguinte forma: (i) R$ 25.247.201,34 (vinte e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e um reais e trinta e quatro centavos) para a reserva legal; (ii) R$ 121.322.437,19 (cento e vinte e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dezenove centavos) para pagamento de dividendos, sendo: (ii.1) R$ 1.864.307,75 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sete reais e setenta e cinco centavos) de dividendos prioritários previstos no estatuto social da Companhia já pagos aos acionistas detentores das ações preferencias classe "B"; (ii.2) R$ 60.205.621,32 (sessenta milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos) para o pagamento de dividendos para as ações ordinárias, já integralmente quitados; (ii.3) o saldo remanescente dos dividendos de R$ 59.252.508,12 (cinquenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oito reais e doze centavos) serão destinados para a reserva especial de dividendos nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A. que se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir; (iii) R$ 358.374.388,31 (trezentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos), serão destinados para a reserva de retenção de lucros conforme o Orçamento de Capital proposto pela administração da Companhia e ora aprovado, cuja cópia, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como Doc. 01. 4.1.5. Reeleger, por unanimidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, para os cargos de membros da Diretoria da Companhia, todos com mandato de 01 (um) ano: (i) **Ricardo Perez Botelho**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04076607-3, expedida pelo IFP/RJ, e do CPF nº 738.738.027-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, com escritório na Praia Botafogo, nº 228, sala 1.301, Botafogo, CEP: 22.250-906, Rio de Janeiro/RJ, como Diretor; (ii) **Maurício Perez Botelho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04066824-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 738.738.107-00, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia Botafogo, nº 228, sala 1.301, Botafogo, CEP: 22.250-906, Rio de Janeiro/RJ, como Diretor. 4.1.6. Os Diretores eleitos declararam que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto pelo § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. Os Diretores eleitos serão investidos nos cargos mediante a assinatura dos termos de posse a serem lavrados no livro de atas de reuniões de diretoria da Companhia. 4.1.7. Fixar, por unanimidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício 2024 no montante proposto pela acionista votante, que rubricado e autenticado pela mesa, fica arquivado na Companhia como Doc. 02. **4.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 4.2.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus §§, da Lei nº 6.404/76. 4.2.2. Retificar o valor do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2023, uma vez que houve erro material na base de partida do capital social, que após o aumento do capital aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2022, no montante de R$ 321.000.000,00 (trezentos e vinte e um milhões de reais), o capital social passou **de** R$ 754.003.818,22 (setecentos e cinquenta e quatro milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos) **para** R$ 1.075.003.818,22 (um bilhão, setenta e cinco milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos). Cumpre esclarecer que o capital social no montante de **R$ 1.075.003.818,22 (um bilhão, setenta e cinco milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos)** foi ratificado nas Assembleias Gerais da Companhia realizadas em 22/08/2022 e 16/03/2023, que aprovaram resgastes de ações referenciais e consolidaram o capital social da Companhia. Isto considerado, após o aumento de capital aprovado na Assembleia Geral realizada em 29/04/2023, no montante de R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), capital social da Companhia passou **de** R$ 1.075.003.818,22 (um bilhão, setenta e cinco milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos) **para R$ 1.255.003.818,22 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos)**. 4.2.3. Retificado o capital social da Companhia e considerando que o saldo de reserva de lucros excede o valor do capital social, aprovar, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 192.000.000,00 (cento e noventa e dois milhões de reais), sem a emissão de novas ações, por meio da capitalização de parcela do saldo da reserva de lucro, passando o capital social da Companhia **de** R$ 1.255.003.818,22 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos) **para** R$ 1.447.003.818,22 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e sete milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos). 4.2.4. Em função da deliberação acima, alterar o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "*Art. 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.447.003.818,22 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e sete milhões, três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos), dividido em 334.475.674 (trezentos e trinta e quatro milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias.* 4.2.5. Aprovar, por unanimidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, em decorrência das deliberações descritas acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, passando o mencionado Estatuto Social a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: as) Maurício Perez Botelho - Presidente; as) Guilherme Fiuza Muniz - Secretário; Acionista: as) NOVA GIPAR HOLDING S.A. - Representada por seus Diretores Ricardo Perez Botelho e Mauricio Perez Botelho. Confere com o original que se encontra lavrado no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Gipar S.A. Guilherme Fiuza Muniz - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: GIPAR S/A. Certifico o arquivamento em 28/05/2024 sob o nº 00006260111. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Drager (FWB: DRW3): mercado, desenvolvimento e novas tecnologias

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a Drager, uma das principais fabricantes mundiais de equipamentos médicos e de segurança, com Toni Schofner, membro do board executivo global e chief officer da divisão médica da companhia alemã. Na semana passada, Toni esteve na Hospitalar 2024 realizada em São Paulo.

Como a Drager avalia a competição no mercado de equipamentos hospitalares?

Se olharmos para o mercado global, nós sempre consideramos a Drager, GE, Philips e Mindray como os principais players, só que a Drager é especializada em experiência clínica. Do ponto de vista desse mercado, são diferentes abordagens. Nós somos únicos em recomendações clínicas e estamos melhor posicionados que as outras companhias na área em que a terapia hospitalar mais crítica e mais complexa é necessária.

Isso porque existem diferentes abordagens. A Philips, por exemplo, está muito mais focada em monitoramento e conectividade, até mesmo em relação à parte de home care, enquanto a Drager está mais focada nos pacientes mais críticos dos hospitais.

Na Drager, nós temos um foco mais vertical, que busca fazer com que o trabalho clínico seja o melhor.

Como se ganha e se mantém um cliente nesse mercado?

Existem 3 elementos para isso. O primeiro, como já disse, é que nós temos experiência na parte clínica. A Drager pode falar com anestesistas, médicos e enfermeiros sobre o que é necessário no trabalho e no tratamento.

O segundo é a inovação. A conectividade, a Inteligência Artificial e outras tecnologias que estão vindo, ajudam os hospitais, médicos e enfermeiros a fazer um trabalho melhor, o que significa passar mais tempo com o paciente e não gastá-lo em outras atividades. Isso faz com que a inovação seja chave.

O terceiro é que a Drager é uma empresa familiar alemã muito conhecida e muito respeitada no mercado pela qualidade. Dessa forma, nós temos compromisso em trazer para o mercado equipamentos que foram testados por muito tempo e de forma intensa, pois, no final do dia, tudo é referente a vida do paciente.

Toni Schofner

Como a Drager decide quais dos seus equipamentos serão colocados no mercado brasileiro?

Isso é uma simples pesquisa de mercado. Nós recebemos as informações da nossa subsidiária brasileira sobre as demandas do mercado brasileiro, que são diferentes das demandas, por exemplo, do mercado alemão ou do mercado chinês. Com base nessas informações, nós decidimos o tipo de portfólio que será feito para o Brasil. A Drager faz significativas pesquisas de mercado, não espalhando seus desenvolvimentos tecnológicos pelos países.

Como nós acabamos de ter a Hospitalar 2024, eu posso dar o exemplo do nosso novo lançamento, o Atlan A100, que é um aparelho de anestesia menor e fácil de controlar, perfeito para o mercado brasileiro, pois, em comparação com a Europa, ou com os EUA, os hospitais brasileiros gostam de ter um produto de mais fácil usabilidade.

A Drager olha com muito cuidado os equipamentos que são demandados pelo mercado brasileiro. Não é apenas uma questão de dizer que temos um produto global e sintam-se à vontade para vendê-lo. As abordagens são diferentes, feitas mercado a mercado.

Como funciona o processo de desenvolvimento de um novo equipamento hospitalar?

Esse é um processo bastante complexo, mas vou simplificá-lo. Na Drager, nós temos duas maneiras de fazê-lo: pesquisa de mercado ou avanço de tecnologia. Dependendo do país, nós preferimos ter o input de mercado em termos de quais são os problemas dos clientes. Nós não estamos falando de tecnologia primeiro, mas do tipo de problema que gostaríamos de resolver em um mercado hospitalar específico.

Fazendo isso, nós fazemos o match com a nossa tecnologia ou as novas tecnologias, como IA, para vermos quais passos no processo de desenvolvimento nós temos que percorrer para termos um produto, eu não diria customizado, mas específico para as necessidades, por exemplo, do mercado hospitalar brasileiro ou dos mercados emergentes. No caso do A100, esse processo durou, aproximadamente, 5 anos até o lançamento.

A forma como estamos fazendo esse processo e o tipo de capacidade de que precisamos mudaram muito nos últimos anos.

Como a Inteligência Artificial, IOT e outras novas tecnologias podem ser utilizadas nesse tipo de equipamento?

Essa é a nossa pergunta favorita, pois nós temos que ver a nossa direção estratégica para melhorar a automação dos hospitais. Os aparelhos de anestesia e de ventilação precisam estar cada vez mais conectados à rede hospitalar em termos de dados, terapias e dados dos pacientes.

Esse assunto se tornou um tópico, pois os nossos equipamentos precisam ser capazes de usar os dados dos pacientes para dar o apoio apropriado à terapia, pois, no final, como disse antes, eles ajudam os médicos e enfermeiros a reduzir o tempo com atividades administrativas e focar muito mais nos pacientes.

Como a eficiência de um equipamento hospitalar pode impactar nos custos de um hospital e, consequentemente, na sua rentabilidade?

Todas as nossas soluções, com mais software e mais conectividade, têm como objetivo ser mais eficientes para reduzir os custos dos hospitais, que nos perguntam, quase que de imediato, quanto de eficiência e de redução de custos eles vão ganhar com as nossas soluções. Nós gostamos de pensar que o nosso jeito de fazer isso tem um benefício claro para esse tipo de pressão.

Como a Drager avalia as suas perspectivas para os próximos anos?

Se olharmos os dados de desenvolvimento demográfico de forma global, que são diferentes, por exemplo, na Europa, na Ásia e na América do Sul, nós vamos ver que as pessoas estão ficando mais velhas, o que é bom, pois estamos mais saudáveis. Por outro lado, quanto mais velhos ficamos, caso fiquemos doentes ou precisemos de uma cirurgia, mais complexos os tratamentos ficam.

Esse desenvolvimento faz com que os hospitais tenham, nos próximos anos, uma grande pressão sobre como lidar com todos esses complexos tratamentos mantendo os custos sob controle. Isso faz com que a tendência para o nosso mercado esteja em muito boa forma.

Obs.: FWB: Frankfurt Stock Exchange / Frankfurter Wertpapierbörse

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44

Aviso de Leilão - **Edital nº 011/2024. Leilão: APLBP11-24. Data:** 13 de junho de 2024, às 10 horas. **Local**: CLUBE DE ENGENHARIA, Avenida Rio Branco, 124, 22º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Gabriel Costa Mendes da Silva, Leiloeiro, matrícula 244 da JUCERJA, **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), veículos com impedimentos judiciais, sucatas inservíveis não identificadas e sucatas identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, retirados e/ou removidos, não reclamados por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rodovia Lúcio Meira (BR 393), Nº: 47097, Bairro Arthur Cataldi - Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br.**

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à TENSOR ENGENHARIA S.A, na pessoa de seu representante legal, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0077986-86.2004.8.19.0001) proposta por MA DS RECURSOS HUMANOS LTDA contra TENSOR ENGENHARIA S.A, na forma abaixo: O DR. LUIZ CLAUDIO SILVA JARDIM MARINHO, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **11.06.2024** e **18.06.2024, às 12hs:30min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA**, inscrito na JUCERJA sob o nº 055, serão apregoados e vendidos: **1)** Imóvel situado na Rua do Livramento, nº 114, Gamboa, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 163.359,13 (cento e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e treze centavos); e, **2)** Imóvel situado na Rua do Livramento, nº 116, Gamboa, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 364.416,53 (trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro – SEMERJ
CNPJ 42.586.511/0001-87

Aos 28 dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às 10:00 horas, conforme convocação encaminhada, sob a presidência do Dr. Rui Otávio Bernardes de Andrade, Presidente, reuniu-se virtualmente a Diretoria do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro – SEMERJ, presentes, além do Presidente Dr. Rui Otávio Bernardes de Andrade, os Srs. Eduardo Guimarães Prado, Célio Murilo Menezes da Costa e Sras. Elizabeth Regina Nunes Guedes e Claudia Romano da Silva Pereira, contando ainda com a presença, como secretária, da Diretora Executiva Vera Lígia Martins Gomes, com a finalidade de dar cumprimento ao disposto no item 4º do Edital de Convocação para as eleições do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, bem como para os representantes junto as Entidades Sindicais de Grau Superior e Entidades Representativas Nacionais do Ensino Superior para o triênio 2024/2027, a realizar-se no dia 17 (dezessete) de junho de dois mil e vinte e quatro, e art. 12º do Regulamento Eleitoral do SEMERJ, no que se refere a divulgação das chapas inscritas para o pleito. O Sr. Presidente iniciou a reunião informando a todos que em função de compromissos agendados anteriormente os Srs. Marco Flávio de Alencar e Celso Niskier justificaram a ausência. Em seguida deu ciência a todos, de que somente uma chapa foi inscrita, cujos componentes são os seguintes; para o Conselho Diretor: Sra. Cláudia Romano da Silva Pereira, Sra. Elizabeth Regina Nunes Guedes, Sra. Maria Beatriz Balena Duarte, Sr. Rui Otávio Bernardes de Andrade, Sr. Eduardo Guimarães Prado, Sr. Anibal José Grifo de Sousa, Sr. Celso Niskier e; para o Conselho Fiscal: Srs. Antônio Charbel José Zaib, Wladymir Soares de Brito e Juliano Miguel Braga Griebeler; e como representantes junto as Entidades Sindicais de Grau Superior e Entidades Representativas Nacionais do Ensino Superior, Sra. Elizabeth Regina Nunes Guedes, Sr. Guilherme Isensee Andrade, Sr. João Roberto Moreira Alves, Sr. Rui Otávio Bernardes de Andrade e Sra. Claudia Romano da Silva Pereira. O Sr. Presidente, informou ainda, que todos os componentes da chapa acima, comprovaram sua condição de representantes de entidades mantenedoras filiadas ao SEMERJ, nos moldes exigidos, demonstrando aptidão para suas candidaturas, estando, portanto, aptos a concorrerem ao pleito, pelo atendimento às condições impostas pelo Estatuto (Art. 20º) e Regulamento Eleitoral (Art. 8º) vigentes. Nada mais havendo a tratar, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, a sessão foi encerrada às 10h15min., esta ata foi lavrada, lida, achada conforme e assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Rui Otávio B. Andrade
Presidente da Mesa

Vera Lígia Martins Gomes
Secretária

Tecnologia imersiva: uma nova âncora do setor imobiliário

Recurso está sendo usado pelo Grupo Patrimar

Por Regina Teixeira especial para Monitor Mercantil

Fundado há 61 anos, o Grupo Patrimar – que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis – está usando a tecnologia imersiva para ampliar o entendimento externo e atrair mais clientes para os seus empreendimentos de alta renda. Denominada arena imersiva de meta realidade, a Patrimar Xperience é uma ferramenta desenvolvida em parceria com a empresa norte-americana Yupix. A novidade foi inspirada nos lançamentos da cidade de Miami, na Flórida (EUA).

"Temos o hábito aqui na empresa de levar nosso time para conhecer o mercado imobiliário do exterior. Em uma dessas viagens internacionais que fizemos, conhecemos dois empreendimentos que utilizavam a tecnologia de meta realidade para o cliente visitar as áreas comuns e apartamentos decorados. Ficamos simplesmente encantados com a solução tecnológica e não medimos esforços para trazer a tecnologia em primeira mão para os nossos projetos no Brasil", conta Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

A novidade foi usada na apresentação do luxuoso e sofisticado empreendimento residencial Icon Golf Residence (na Barra da Tijuca), localizado em um terreno com 12.788,78 m². Segundo Veiga, o Icon foi idealizado para encantar o cliente desde o primeiro contato no lounge de vendas. "É uma experiência de meta-realidade inédita no país para esta finalidade, levando a visitação a outro nível por meio dos sentidos", resume o CEO. O empreendimento possui um Valor Geral de Vendas (VGV que é a soma do valor potencial de venda de todas as unidades de um empreendimento) de R$ 470 milhões.

O Grupo Patrimar começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. O Grupo trabalha com empreendimentos voltados para alta renda, com a marca Patrimar Engenharia, e também para as classes econômica e média com a Construtora Novolar

Alex Veiga explicou à reportagem do Monitor Mercantil o que representa a tecnologia de experiência imersiva no mercado imobiliário. Ele também apontou suas impressões sobre o momento que atravessa o mercado de imóveis novos.

A tecnologia de experiência imersiva é uma nova tendência no mercado imobiliário de alto padrão?

-A tecnologia de experiência imersiva é uma tendência no mercado como um todo, não só o mercado de alto padrão. Isso porque ela permite que o cliente tenha uma experiência extraordinária, na medida em que ele consegue andar pelo empreendimento e enxergar o projeto imobiliário da maneira que ele efetivamente ficará. É uma experiência que, sem dúvidas, veio para ficar. Inspirada nos empreendimentos de Miami, nos EUA, a arena imersiva de meta realidade do Icon Golf Residence foi um sucesso no lounge de vendas da Patrimar.

Que avaliação faz do mercado de empreendimentos novos?

- Com relação ao mercado de empreendimentos novos, eu posso afirmar que esse mercado está muito aquecido, tendo em vista o sucesso dos últimos empreendimentos que foram colocados à venda pela Patrimar, como o Icon Golf Residence (na Barra da Tijuca) que vendeu 90% das unidades de alto padrão em apenas 48 horas. Isso é muito fácil de entender, uma vez que esses empreendimentos vêm com uma série de novidade pós-pandemia.

Parece que há neste momento uma oferta grande de venda de imóveis usados. A Patrimar faz retrofit?

-É justamente em decorrência desse sucesso, desse alto nível de comercialização dos empreendimentos novos, que existe um volume maior de imóveis usados à venda. Geralmente, as pessoas que adquiriram os imóveis novos colocam à venda os seus imóveis usados. Até o momento, a Patrimar não fez nenhum retrofit.

Na Zona Sul do Rio de Janeiro, há vários empreendimentos residenciais sendo construídos aproveitando parte de imóveis antigos. Seria esse um novo nicho para as construtoras para regiões que não possuem oferta de terrenos como é o caso da Zona Sul?

-As alternativas e possibilidades que estão surgindo na Zona Sul do Rio de Janeiro vieram para ficar, uma vez que o retrofit no mundo inteiro é considerado uma atividade extraordinária e porque esses imóveis estão situados em locais espetaculares. É possível observar o retrofit nas grandes capitais, como Nova York, Paris, Londres. É um mercado praticamente eterno que será uma constante daqui para frente no Rio de Janeiro, uma vez que não existe mais disponibilidade de terrenos na chamada Zona Sul.

Open Finance: R$ 42 bi em novas receitas para bancos até 2026

Em dois anos, o uso do Open Finance pode render o equivalente a R$ 42 bilhões em negócios para o setor de serviços financeiros no país, considerando pessoas físicas e jurídicas. A análise leva em conta o potencial de receita incremental provido por produtos de crédito. A análise está na terceira edição do "Panorama do mercado de serviços financeiros", a Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil.

Só para Pessoas Físicas, seriam R$ 28 bilhões. Nesse espectro, as principais oportunidades são, respectivamente, o crédito pessoal não consignado (R$ 6,8 bi), o crédito consignado (R$ 6,7 bi) e o crédito imobiliário (R$ 4 bi) - soma que representa R$ 17,5 bilhões.

De acordo com a PWC, o Open Finance também pode ajudar a mitigar a inadimplência bancária. Até outubro de 2023, o saldo total de crédito no Brasil era de R$ 5,6 trilhões, enquanto a inadimplência estava em R$ 191 bilhões (3,42%). Hoje, as IFs se esforçam para implementar algoritmos e rotinas de avaliação mais precisos para ponderar os riscos dos clientes, uma vez que, a cada 1% de redução da inadimplência bancária, a instituição financeira pode deixar de perder potencialmente R$ 56 bilhões.

"O Open Finance fornece diversas oportunidades para as IFs se tornarem mais eficientes", afirma Eliseu Tudisco, sócio da Strategy&. "Alguns exemplos são análise de crédito com visibilidade holística dos clientes, identificação antecipada de riscos, velocidade na renegociação de dívidas e identificação de dificuldades financeiras, além de oferta de crédito personalizado com limite adaptativo", comenta.

BNDES volta a reduzir juros da linha para exportações brasileiras

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cortou novamente juros do BNDES Exim Pré-Embarque, linha de crédito que financia a produção de bens nacionais voltados à exportação. As melhorias no produto também passam a ser permanentes, já que deixam de existir duas limitações: um orçamento restrito a R$ 2 bilhões para operações com os juros mais baixos e teto de R$ 150 milhões em financiamentos ao ano por cliente.

No caso das micro, pequenas e médias empresas, o spread (remuneração que o cliente paga ao BNDES ao obter um financiamento) de 0,5% ao ano passa a ser fixo. Essa taxa vigorou durante curto período no início deste ano, mas, fora das condições especiais que agora se tornam perenes, essa remuneração do BNDES poderia chegar a até 1,30% a.a.

No caso das grandes empresas, a nova remuneração do Banco fica limitada a 0,8% ao ano, se o financiamento for para exportação de bens de capital (produtos industrializados de maior valor agregado), ou 1,05% a.a., se o produto a ser exportado for bens de consumo. Nas antigas condições do BNDES Exim Pré-Embarque, essas taxas eram de, respectivamente, 1,05% a.a. e R$ 1,30% a.a.

"Mais de 90% do mercado mundial está fora do Brasil, por isso, baratear o custo do financiamento das exportações de empresas brasileiras é fundamental para que a indústria tenha condições de ampliar mercados, ganhar escala e ser mais competitiv", informou o banco de fomento.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do banco, José Luis Gordon, ressaltou ainda que "a ampliação do apoio à exportação é um dos objetivos que compõem a Estratégia de Longo Prazo do BNDES e que a redução do spread nas linhas de pré-embarque compõe um dos eixos do Programa Nova Indústria Brasil, do Governo Federal".

As novas condições são válidas tanto para operações diretas (realizadas pelo cliente diretamente com o BNDES e que precisam ter um valor mínimo de R$ 20 milhões) quanto para as chamadas operações indiretas (aquelas que não possuem valor mínimo e que são realizadas por meio de um agente financeiro intermediário, a exemplo de bancos comerciais ou de montadoras).

Além dos novos spreads do BNDES, o custo financeiro total das operações do produto BNDES Exim Pré-Embarque é composto do custo financeiro (que pode ser TLP, Selic, ou SOFR, por exemplo) mais o spread de risco. No caso das operações indiretas, o spread de risco é substituído por uma taxa de 0,15% ao ano. Para esses casos, há também a remuneração do agente financeiro que é negociada diretamente entre esse e o exportador.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Administração do Edifício Parque Gaivotas Segunda a Sexta-feira das 08h:30 às 17h:30 2259-9695 - gaivotaspg@gmail.com V2.0 Página 1 de 1 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2024 Na qualidade de Síndico Geral do Condomínio do Edifício Parque Gaivotas, situado à Rua Vice Governador Rubens Berardo, nº 175, Gávea, Rio de Janeiro, com base no art. 1348 da Lei 10.406/2002 e na Convenção do Condomínio, convocamos os senhores condôminos para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 05 de junho de 2024, quarta-feira, às 18 horas em primeira convocação com 2/3 dos proprietários ou às 18 horas e 30 minutos, em segunda e última convocação. De acordo com o artigo 1354-A do Código Civil e com o objetivo de garantir segurança e comodidade aos participantes, a Assembleia será realizada virtualmente através do serviço Google Meet para, com qualquer número de presentes, deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1. Prestação de Contas, período de junho de 2023 a maio de 2024; 2. Informações sobre os processos judiciais em curso ou finalizados; 3. Eleição de Síndico, Subsíndicos e Conselho Consultivo, para o cumprimento do mandato de 08/06/2024 a 07/06/2025; 4. Previsão Orçamentária, período de junho de 2024 a maio de 2025 – Manutenção dos valores; 5. Informes do Síndico. Tendo em vista a relevância dos assuntos a serem tratados, lembramos a todos a conveniência de comparecerem ou se fazerem representar por procuradores legalmente habilitados através de procuração com firma reconhecida, apresentada previamente, e devidamente quites com suas cotas condominiais, conforme exigências previstas respectivamente nos Artigos 654 e 1335 do Código Civil Brasileiro. É importante lembrar que as decisões tomadas na Assembleia obrigarão a todos, inclusive aos ausentes. As inscrições para acesso à Assembleia virtual devem ser realizadas através do e-mail de comunicação oficial do Condomínio – gaivotaspg@gmail.com, até às 17 horas do dia 03 de junho, segunda-feira, o mesmo prazo estabelecido para que as procurações impressas e devidamente reconhecidas sejam entregues na Administração do Condomínio. Após validação das qualificações necessárias dos condôminos ou de seus prepostos legais para a efetiva participação na Assembleia virtual, até o dia 04 de junho, terça-feira, será enviado o convite para o e-mail cadastrado contendo o 'link' de acesso à Assembleia. Cada acesso é restrito a um único usuário por unidade autônoma através de ID e senha, não sendo permitido o compartilhamento dos dados de acesso para outros usuários. Antecipando os nossos agradecimentos pela valiosa presença de V.Sas. na Assembleia, subscrevemo nos. Atenciosamente,

Ricardo B. F. Lima Síndico Geral

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024, às 14:00 horas. (1) O Conselho de Administração aprova, por unanimidade, nos termos do artigo 16, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia do artigo 142, inciso II da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a eleição do Sr. **RICARDO BARBOSA VIANA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 09937530-5, expedida pelo Detran/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 025.908.697-54, com endereço comercial Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, Sala 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, para o cargo de **Diretor da Unidade de Negócios de Engenharia de Integridade e Inspeção** da Companhia, para mandato unificado até o término da vigência dos demais membros, ou seja: 26/03/2025. Sendo assim, a Diretoria estatutária passa a ser composta por:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Túlio Cintra Marcelo Gonçalves Costa Yoshiro Marcelo Sakaki Leal	Diretor Presidente Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Diretor de Operações
Ricardo Barbosa Viana	Diretor da Unidade de Negócios de Engenharia de Integridade e Inspeção

(2) Por unanimidade, ainda, o Conselho de Administração **aprovou a reeleição dos atuais membros do Comitê de Auditoria**, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, **para mandato de mais 2 (dois) anos**, sendo certo que os membros poderão permanecer no exercício de suas funções até nova (re)eleição, salvo se houver destituição ou renúncia. Desta forma, o Comitê de Auditoria permanecerá com a seguinte composição:

COMITÊ DE AUDITORIA - PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

(a) Luciana Doria Wilson, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade n° 25.394.311-4, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o n° 268.475.448-99, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Membra Especialista e Coordenadora do Comitê de Auditoria
(b) Bruno de Mello Pereira, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n° 10048539-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 054.224.087-48, com endereço na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Membro do Comitê de Auditoria (Conselheiro)
(c) Roberto Carmelo de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade n° 45891, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 399.935.827-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro	Membro do Comitê de Auditoria (Conselheiro)

(3) Em ato contínuo, por unanimidade, ainda, o Conselho de Administração **aprovou reeleição de dois membros do Comitê de Pessoas** (órgão de assessoramento ao Conselho de Administração) e a eleição da Sra. Silvana Sacramento, como membra especialista, em substituição à Sra. Lia Cristina Santos Alicke Azevedo, para mandato de mais 2 (dois) anos, sendo certo que os membros poderão permanecer no exercício de suas funções até nova (re)eleição, salvo se houver destituição ou renúncia. Desta forma, o Comitê de Pessoas passou a ter a seguinte composição:

COMITÊ DE PESSOAS - PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

(a) Carla Gouveia Barretto, brasileira, administradora, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 03.191.314-83, inscrita no CPF/ME sob o n° 617.162.195-15, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo	Membra e Comitê de Pessoas (Conselheira)
(b) Eduardo Khair Chalita, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG n° 043440487-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 600.137.107-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro	Membro do Comitê de Pessoas (Conselheiro)
(c) Silvana Sacramento, brasileira, casada, especialista em recursos humanos, portadora da carteira de identidade n° 5.154.415-62, expedida pelo SSP/BA, inscrita no CPF/ME sob o n° 538.096.025, residente e domiciliado na Cidade de são Paulo, Estado de São Paulo	Membra Especialista do Comitê de Pessoas

Os membros eleitos para os Comitês e Diretoria Estatutária declararam que estão desimpedidos na forma da Lei para o exercício dos respectivos cargos, consignando as respectivas declarações nos Termos de Posse, as quais serão assinados e arquivados na sede da Companhia. *Certifica-se que a presente extraiu parte da ata lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. Mesa: **Bruno de Mello Pereira -** Secretário. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2024.